



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

05. RELATÓRIO DE GESTÃO

5.1 APRESENTAÇÃO

O presente Relatório tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pela Casa Civil no exercício de 2021, bem como avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, e ainda, comprovar a legalidade quanto à eficácia, economicidade e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das atividades desenvolvidas por esta Casa.

5.2 BASE LEGAL

A Casa Civil constitui-se órgão da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, com amparo na Lei nº 3.421, de 08 de março de 2019 combinado com a Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015.

5.3 MISSÃO DO ÓRGÃO

São competências pertinentes à Casa Civil:

1. Assistir e assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições;
2. Verificar previamente a constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais;
3. Realizar ou, conforme o caso, validar, nos termos de ato baixado pelo Chefe do Poder Executivo, a elaboração dos Atos Legislativos (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias) e dos Atos Administrativos (decretos, regulamentos, resoluções,





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

deliberações, regimentos, atos funcionais (entendidos os de nomeação, aposentadoria, transferência, promoção, concessão de férias, licenças, dentre outros), portarias, ordens de serviço, ofícios, pareceres, certidões, atestados, declarações e despachos) que registrem a assinatura do Governador do Estado, excetuados os casos de atos específicos das atividades finalísticas de órgãos e entidades;

4. Encaminhar mensagens governamentais ao Legislativo;
5. Acompanhar a tramitação de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;
6. Publicar as leis editadas e os atos do Poder Executivo;
7. Administrar o Diário Oficial do Estado, zelando por sua permanente capacidade de modernização;
8. Controlar e arquivar, em meios físicos e eletrônicos, por meio de setor distinto do oferecido no âmbito da Governadoria, os atos de que trata o item 3 desta alínea;
9. Acompanhar as matérias inerentes aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes;

5.4 OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Os trabalhos realizados na execução orçamentário-financeira desta Casa Civil no exercício de 2021 foram desenvolvidos com amparo nas seguintes leis:

- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Regulamento de licitações e contratos na Administração Pública e suas alterações;
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações.
- Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal e suas alterações;
- PPA 2020/2023 - Lei nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

- LDO 2021 - Lei nº 3.742, de 22 de dezembro de 2020.
- LOA 2021 - Lei nº 3.781, de 15 de dezembro de 2021.
- Decreto nº 6.237, de 31 de março de 2021, e suas alterações.

5.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA

Os quadros a seguir demonstram a eficiência da execução orçamentária:

Categoria Econômica	Autorizada	Executada	%	Saldo R\$
Despesas Correntes	4.712.899,00	4.143.220,28	87,9	569.678,72
Despesas de Capital	33.600,00	33.060,01	98,4	539,99
TOTAL	4.746.499,00	4.176.280,29	88,0	570.218,71

5.5.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ORIGEM DOS RECURSOS

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%	Saldo R\$
0100 Recursos Ordinários	4.746.499,00	4.176.280,29	88,0	570.218,71
TOTAL	4.746.499,00	4.176.280,29	88,0	570.218,71

5.6 EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPA

As atribuições fim desta Casa Civil desenvolveram-se por meio do Programa **1100 – Gestão e Manutenção da Casa Civil**. Para esse programa, foram autorizados recursos da ordem de R\$ 4.746.499,00 (Quatro milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais) e com execução de 88 %, ou seja, R\$ 4.176.280,29 **em 05 (cinco) ações, sendo 01 (uma) de Gestão física e 04 de Gestão financeiras.**





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

As atribuições da Casa Civil foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos maiores da Gestão Estadual – Período 2019/2022 – com vista a entregar a sociedade os melhores bens e serviços.

Destacamos que foram alcançados os objetivos maiores da Pasta que era manter a logística operacional funcionando de forma a garantir o normal cumprimento de sua missão institucional. Para isto, alcançou-se um índice 88 % de eficiência na aplicação do orçamento 2021.

5.6.1 OBJETIVOS

O objetivo do Programa **1100 - Gestão e Manutenção da Casa Civil** é assegurar o normal funcionamento da Casa Civil, tornando-se instrumento de destinação e liberação alocativa de recursos para alcançar os objetivos desta Pasta e realizações das ações necessárias à manutenção da ação governamental.

5.6.2 INDICADORES

a) Indicador: *Índice de Eficiência da Execução Orçamentária do Programa Manutenção e Gestão do Poder Executivo.*

Fórmula:
$$\frac{\text{Total do Orçamento Executado}}{\text{Total do Orçamento Aprovado}} \times 100 =$$

Fórmula:
$$\frac{4.176.280,29 \times 100}{4.746.499,00} = 88 \%$$

Comentário: A execução de 88% da dotação autorizada no exercício demonstra um adequado planejamento, tendo em vista que a execução





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

orçamentária executou praticamente 100% dos recursos disponibilizados, demonstrando uma forma responsável de administração dos recursos públicos.

b) **Indicador:** *Índice de Eficiência de Redução do Quadro Pessoal*

Fórmula: $\frac{\text{Quantidade Servidores Necessários}}{\text{Quantidade Servidores Atual}} \times 100 =$

Fórmula: $\frac{40 \times 100}{38} = 105,3\%$

Comentário: A Pasta tem conseguido manter com regularidade o cumprimento de suas principais atribuições, quais sejam: assistir e assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições. A reorganização do quadro de pessoal nesta gestão dinamizou o funcionamento desta Casa Civil, garantindo a eficácia à nova rotina de trabalho, **mesmo com a redução do número de servidores para 38.**

5.6.3 METAS DO OBJETIVO

Ação 2172 – Capacitação de Servidores: objetiva capacitar servidores desta pasta.

- A ação ainda não se executou, principalmente pelo fato de ainda estarmos em Pandemia e os cursos externos estarem, em sua grande maioria, todos na modalidade "online", retornando para o presencial.

5.6.4 AÇÕES TEMÁTICAS





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

Não temos Ações Temáticas.

5.6.5 AÇÕES DE GESTÃO FÍSICA.

Ação 2172 – Capacitação de Servidores. Vide item 5.6.3

5.6.6 AÇÕES DE GESTÃO FINANCEIRAS

2238 – Manutenção de recursos humanos

Foram gastos nesta ação quase a totalidade dos recursos autorizados na LOA 2021, **R\$ 3.891.164,43** (Três milhões, oitocentos e noventa e um mil, cento e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

Do gasto total nesta ação – 1090000200412211002238 – Manutenção de Recursos Humanos, **um valor de R\$ 301.878,32** (Trezentos e um mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos) **foi liquidado para pagamento de despesas de exercícios anteriores.**

2199 – Coordenação e manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Já nesta ação, da totalidade dos recursos autorizados na LOA 2021, R\$ 294.400,00 (duzentos e noventa e quatro mil e quatrocentos reais), foi executado um montante de R\$ 227.986,46, 77,4% de todo o orçamento.

2266 – Manutenção de serviços de transportes

Na presente ação foi autorizado o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no entanto, só fora executado 36,15%, um total de R\$ 3.615,85.

2283 – Manutenção de serviços de informática





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

A presente ação teve o montante de R\$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais) autorizado no orçamento, porém devido ao atual momento, somente pode ser utilizado R\$ 53.513,55, um montante de 40,23% do total.

Como já relatado, o objetivo do Programa Gestão e Manutenção da Casa Civil é assegurar a Casa Civil instrumento de programação para alcançar os objetivos do Programa Apoio Administrativo, com as ações necessárias à manutenção da ação governamental.

Do Programa de Apoio Administrativo ainda merecem destaque as seguintes realizações:

- a) Redução do quadro de pessoal do contingente de 40 para 38 servidores;
- b) Atendimentos referentes às publicações de matérias de interesse público no Diário Oficial do Estado, bem como pesquisas e atendimento no balcão e apoio ao Gabinete do Secretário-Chefe;
- c) Média de R\$ 1.056.091,05 (um milhão cinquenta e seis mil noventa e um reais e cinco centavos) de arrecadação para o Tesouro Estadual com publicação de matérias no Diário Oficial do Estado, tanto matérias de Prefeitura, quanto particulares.
- d) Autuação e execução de um total de 44 (quarenta e quatro) processos, sendo: 14 (quatorze) de folha de pagamento e consignatários; 03 (três) de suprimento de fundos; 14 (quatorze) referentes pagamentos de despesas com aquisição de material de consumo, serviços de terceiros, informática, telefonia dentre outras despesas; 01 (hum) referente à prestação de contas de contas do exercício 2020; 01 (hum) processo de diárias e 11 (onze) referentes providências a cargo do RH/SECAD.
- e) Recebimento e protocolo, publicação e guarda de ofícios e documentos endereçados à Casa Civil e ao Gabinete do Governador e vice versa.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

5.6.7 PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PPA

Portaria CCI nº 457 – DSG, de 16 de março de 2021, publicada no DOE nº 5.810, de 17 de março de 2021.

5.7 ESTÁGIO EM QUE SE ENCONTRAM OS PROJETOS

Não temos projetos em execução.

5.8 Projetos e Instituições beneficiadas por Renúncia de Receita (SEFAZ/SEPLAN)

Não temos casos da espécie.

5.9 TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS E RECEBIDAS DE RECURSOS.

Durante o exercício não foi realizado cancelamentos/anulações de recursos orçamentários para suprir outros órgãos. Houve apenas quatro pedidos de suplementação de orçamento por redução/anulação de dotação no montante de R\$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais) para a execução da folha de pagamento do mês de dezembro e aquisição de bens permanentes, em dois processos, conforme demonstramos a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$	%
Orçamento Inicial	4.746.499,00	100,00
(-) Reduções	206.000,00	4,34
(+) Suplementações	206.000,00	4,34





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

TOTAL	4.746.499,00	100,00
-------	--------------	--------

De acordo com as competências que lhe são atribuídas, durante o exercício de 2021, a Casa Civil desempenhou seu papel zelando sempre pela eficiência e eficácia na produção de todos os atos governamentais, elaborando projetos de leis e demais normativos do Governo, sendo estes de grande relevância para a sociedade tocantinense.

Assim como o ano de 2020, no ano de 2021 vivenciamos a maior crise sanitária mundial, a pandemia da COVID-19 (novo Corona vírus), conforme declaração dada pela Organização Mundial da Saúde – OMS. A Casa Civil seguiu todas as diretrizes emanadas pelo Governador do Estado (Mauro Carlesse, até meados de outubro de 2021; Wanderlei Barbosa atualmente em exercício), no que concerne à produção, conferência e publicação de atos administrativos governamentais, expedidos em harmonia com os ditames da legislação, bem como todos os cuidados e suporte aos servidores.

Foram publicados vários normativos estaduais de restrição de circulação em espaços públicos e sobre as ações de competência do Estado do Tocantins que estão sendo tomadas para o enfrentamento e mitigação dos efeitos da pandemia de COVID-19. Dentre elas podemos citar o Decreto nº 6.222, de 26 de fevereiro de 2021, que estabelece medidas de enfrentamento a COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências, e o Decreto nº 6.274, de 30 de junho de 2021, que prorroga o prazo previsto no caput do art. 1º do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, alterado pelos Decretos 6.156, de 18 de setembro de 2020, e ainda o Decreto nº 6.202, de 22 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a declaração do estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, e dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins.

A Casa Civil, diante da sua finalidade que é assistir direta e imediatamente ao Governador, articulou as ações entre os diferentes órgãos do Estado,





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

cuidando para que as medidas provisórias, os projetos de lei e decretos definidos pelo governo fossem concebidos, editados e gerasse os efeitos jurídicos almejados.

Relativamente à gestão de seu próprio pessoal, em 2021, a Casa Civil intensificou a realização de campanhas educativas de prevenção da saúde dirigidas aos servidores: a) "Setembro Amarelo", mês da campanha nacional de prevenção ao suicídio, quando foi feitas ações educativas no combate a depressão, ansiedade, medo, insônia e outros transtornos mentais durante a pandemia.

Por fim, referencio que informações mais detalhadas podem ser conferidas nos itens "1 – Atos Oficiais" e "2 – Produção Legislativa", a seguir inscritos.

ATOS OFICIAIS

Ato oficial é "todo ato lícito que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos" (CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, art. 81). É por esse meio que o Governador pode autorizar, designar, exonerar, nomear e promover, por exemplo.

Além de Leis e Decretos, a Casa Civil trabalha com a produção, apreciação, controle e arquivo, em meios físicos e eletrônicos, dos atos do Governador.

Tabela – Quantidade de Atos Administrativos de origem do Gabinete do Governador publicados no período de Janeiro a Dezembro de 2021.

GABINETE DO GOVERNADOR	Qtd.
Atos Diversos: (Agradar, Anular, Atribuir, Autorizar, Considerar, Delegar, Designar, Exonerar, Manter, Nomear, Promover e Retificar)	1.757





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

Decretos Normativos	178
Medidas Provisórias	29
Mensagens à Assembleia Legislativa, Projetos de Lei e Projetos de Lei Complementar	90
Mensagens de Veto	14
Leis, Lei Complementar	117
Ofícios- GG	48
TOTAL	2.233

Tabela – Quantidade de Atos Administrativos originados na Casa Civil publicados no período de Janeiro a Dezembro de 2021

CASA CIVIL	Qtd.
Portarias: (Exonerar, Retificar, Suspender, Designar, Anular, Cessão, Determinar e Revogar)	1.993
Apostilas	132
Edições online do Diário Oficial do Estado e Suplementos	270
Ofícios- CCI	1.166
TOTAL	3.561
TOTAL GERAL	5.794

PRODUÇÃO LEGISLATIVA

A Técnica Legislativa refere-se ao conjunto dos métodos e procedimentos redacionais e jurídicos específicos, que objetivam a produção de um texto que servirá ao âmbito jurídico.

Na área de Produção Legislativa, dentro do que compete à Casa Civil, trabalhou-se na produção e/ou publicação de 117 Leis Estaduais, e 178 Decretos Normativos.

LEIS





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

A Lei é a regra de competência, por excelência, do Poder Executivo, que sancionada pelo Governador do Estado tem caráter de subordinação geral e possibilita a inovação à ordem jurídica.

Do número de leis descrito na tabela anterior, apresentam-se a seguir algumas, com suas respectivas ementas, entre as que foram conclusas no ano de 2021.

Adiante seguem tabeladas as produções de Leis por período de aprovação e publicação e suas respectivas ementas.

Tabela – Principais Leis sancionadas em 2021.

LEI	EMENTA
3.747 de 04/01/2021	Dispõe sobre a criação e concessão da honraria denominada "Diploma de Mérito Gastronômico Dona Camila".
3.748 de 04/01/2021	Institui a "Semana Quebrando o Silêncio" no Estado do Tocantins e dá outras providências.
3.751 de 04/01/2021	Institui a Semana da Enfermagem no Estado do Tocantins e dá outras providências.
3.753 de 04/01/2021	Institui o dia da morte de Zumbi dos Palmares e dia Nacional da Consciência Negra, no âmbito do Estado do Tocantins.
3.756 de 04/01/2021	Atribui o nome Engenheiro Agrônomo Mauro Medanha ao Centro Agrotecnológico de Palmas (CAP) onde é realizada a Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins - Agrotins.
3.759 de 04/01/2021	Institui o Dia Estadual de Prevenção e Combate às Drogas, e dá outras providências.
3.760 de 04/01/2021	Institui a "Semana Estadual de Incentivo à Doação de Cabelos para pessoas em tratamento de câncer", e dá outras providências.
3.761 de 04/01/2021	Institui o Dia Estadual das vítimas da Covid-19.
3.764 de 04/01/2021	Institui o "Dia Estadual de Prevenção e Combate à Depressão Pós-Parto, e dá outras providências".
3.765 de 04/01/2021	Institui no âmbito Estadual, a "Semana Estadual de Conscientização, proteção e orientação sobre a Síndrome de Rett", e dá outras providências.
3.766 de 04/01/2021	Institui o Dia Estadual do Médico Psiquiatra no Estado do Tocantins.
3.768 de 11/01/2021	Dispõe sobre a afixação de cartazes em Cartórios de Registro de Imóveis informando sobre as isenções e os descontos nos





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

	pagamentos de emolumentos de registros de imóveis e dá outras providências.
3.769 de 11/01/2021	Institui a campanha de conscientização sobre brincadeiras de potencial lesão ofensiva física no Sistema de Ensino Público e Privado, no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências.
3.770 de 11/01/2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação e disponibilização de dispensadores de álcool em gel por parte de estabelecimentos que especifica em todo território do Estado do Tocantins e dá outras providências, em razão da situação de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus.
3.771 de 11/01/2021	Cria Política Pública de Incentivo e Educação Tecnológica para a Terceira Idade, denominada "Terceira Digital", no Estado do Tocantins.
3.773 de 11/01/2021	Dispõe sobre a vedação de homenagens a pessoas que tenham praticado atos de racismo, no Estado do Tocantins e adota outras providências.
3.774 de 11/01/2021	Dispõe sobre o direito à informação sobre a possibilidade de reconstrução da mama aos pacientes que sofrerem mutilação decorrente de tratamento de câncer.
3.775 de 11/01/2021	Dispõe sobre a proibição de denominação de bens públicos, de qualquer natureza, e dá outras providências.
3.776 de 11/01/2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar balança para pesagem de mercadorias nos estabelecimentos que especifica, e dá outras providências.
3.777 de 11/01/2021	Altera a Lei nº 3.523, de 07 de agosto de 2019, que Institui no Estado do Tocantins, a Semana de Combate à Violência e ao Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes, e dá outras providências.
3.778 de 20/01/2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Cartórios, informar aos órgãos de trânsito, sobre operações de transferência de propriedade de veículos.
3.779 de 20/01/2021	Dispõe sobre a vedação de exigência de valor mínimo para compras com cartões de crédito ou débito em estabelecimentos comerciais no Estado do Tocantins.
3.780 de 15/02/2021	Altera a Lei 3.621, de 18 de dezembro de 2019, que instituiu o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2023. – PPA
3.781 de 15/02/2021	Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2021. – LOA
3.782 de 06/04/2021	Prorroga o período de que trata o art. 9º da Lei nº 3.718, de 12 de novembro de 2020, que dispõe sobre a cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de delegado de polícia e das carreiras de agente de polícia, escrivão de polícia, agente de necrotomia,





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

	papiloscopista e perito oficial da Polícia Civil do Estado do Tocantins. MP 26.
3.786 de 05/05/2021	Altera a Lei 3.421, de 08 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências.
3.787 de 05/05/2021	Altera a Lei 3.421, de 08 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências.
3.787 de 06/05/2021	Dispõe sobre a criação, o manejo e a exposição de aves da Raça Mura, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências.
3.788 de 14/05/2021	Estabelece como essencial no Estado do Tocantins as atividades educacionais, escolares e afins.
3.789 de 11/06/2021	Altera o art. 104 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins, e o art. 76 da Lei 3.461, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3.791 de 28/06/2021	Declara de utilidade pública estadual a Associação Anjo Azul.
3.798 de 13/07/2021	Dispõe sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Emergência em edificações e áreas de risco no Estado, e adota outras providências.
3.802 de 04/08/2021	Autoriza a concessão e demais espécies de parcerias público-privadas da Central de Abastecimento de Hortifrutigranjeiros do Estado do Tocantins - CEASA, e adota outras providências.
3.803 de 04/08/2021	Cria o Parque Agrotecnológico do Estado do Tocantins e autoriza a concessão e demais espécies de parcerias público-privadas, e adota outras providências.
3.804 de 04/08/2021	Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3.806 de 04/08/2021	Institui a Campanha de esclarecimento, orientação e prevenção, sobre eclampsia e dá outras providências.
3.810 de 04/08/2021	Institui Programa de Conscientização e Prevenção do Assédio Moral no Trabalho.
3.811 de 04/08/2021	Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos portadores de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e com Transtorno do Déficit de Atenção sem Hiperatividade (TDA).
3.812 de 04/08/2021	Estabelece procedimento virtual de informações, acolhimento e visita por vídeo chamada dos familiares de pessoas internadas por Covid-19 em hospitais públicos ou privados sediados no Estado do Tocantins.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

3.813 de 04/08/2021	Dispõe sobre a divulgação, mediante informativos afixados em salões de cabeleireiros, dos programas de doação de cabelos para pacientes em tratamento de câncer.
3.814 de 04/08/2021	Assegura atendimento especializado na reabilitação de pessoas com sequelas decorrentes da COVID-19, no âmbito da rede pública de Saúde do Estado do Tocantins.
3.815 de 04/08/2021	MP 8 - Dispõe sobre o processamento de evoluções funcionais, na forma que especifica, e adota outras providências.
3.820 de 17/09/2021	Dispõe sobre a proibição da distribuição ou venda de sacolas plásticas e disciplina a distribuição de sacolas biodegradáveis ou biocompostáveis a consumidores em todos os estabelecimentos comerciais do Estado do Tocantins e dá outras providências.
3.822 de 17/09/2021	Proíbe a prática de brigas (rinha) de cães e galos no Estado do Tocantins e dá outras providências.
3.824 de 20/09/2021	Institui o "Passaporte Equestre" e dá outras providências.
3.825 de 20/09/2021	Dispõe sobre a autorização para cultivo da espécie exótica Panglossus Hippobolus no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências.
3.826 de 20/09/2021	Dispõe sobre o serviço voluntário na atividade de brigada de incêndio florestal e salvamento aquático no Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3.827 de 29/09/2021	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB/TO, e adota outras providências.
3.828 de 29/09/2021	Institui o Programa Social Vale-Gás, para enfrentamento das adversidades decorrentes da pandemia da COVID-19, e adota outras providências.
3.829 de 07/10/2021	Altera a Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre as promoções da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, e adota outras providências.
3.830 de 18/10/2021	Institui o Projeto TO Mais Jovem, e adota outras providências.
3.831 de 26/10/2021	Institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais - REFIS, e adota outras providências.
3.832 de 10/11/2021	Cria o Fundo de Recursos de Emenda Parlamentar Individual, e adota outras providências.
3.835 de 15/12/2021	Altera a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outra providência.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

3.837 de 15/12/2021	Altera a tabela 1.1 do item 1 do inciso I do Anexo II da Lei 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.
3.838 de 15/12/2021	Dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa e adota outras providências.
3.839 de 27/12/2021	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, e adota outras providências.
3.840 de 27/12/2021	Altera a Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.
3.841 de 27/12/2021	Altera a Lei 1.527, de 17 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e a Lei 1.903, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira e os vencimentos dos Servidores Efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
3.842 de 28/12/2021	Altera a Lei 3.621, de 18 de dezembro de 2019, que instituiu o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2023.
3.843 de 28/12/2021	Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2022.
3.844 de 29/12/2021	Institui o dia Estadual de Conscientização e Combate ao Bullying.
3.845 de 29/12/2021	Institui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins o “Festival do Chambari” da cidade de Paraíso do Tocantins e dá outras providências.
3.846 de 29/12/2021	Institui o mês Janeiro Branco, dedicado à realização de ações educativas para a difusão da saúde mental, e dá outras providências.
3.848 de 29/12/2021	Institui o “Dia Estadual do Jalapão”, e dá outras providências.
3.849 de 29/12/2021	Institui o mês Abril Laranja, dedicado à campanha de adoção e de prevenção à crueldade contra os animais, e dá outras providências.
3.852 de 29/12/2021	Declara de utilidade pública estadual a APAA-Associação Protetora dos Animais de Araguaína “É O BICHO” localizada no Município de Araguaína/TO.
3.854 de 29/12/2021	Institui a Semana de Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH e o Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD), no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências.
3.855 de 29/12/2021	Institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Osteoporose.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar é uma regra produzida a partir de uma necessidade expressa na Constituição para regulamentar uma matéria específica.

A seguir estão as Leis Complementares publicadas, e suas respectivas ementas, no ano de 2021.

Tabela - Leis Complementares – 2021

LEI COMPLEMENTAR	EMENTA
128 de 14/04/2021	Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, e adota outras providências. REPUBLICADA DOE 5828
129 de 03/08/2021	Altera a Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências.
130 de 17/09/2021	Altera a Lei Complementar nº 13, de 18 de julho de 1997, que dispõe sobre regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências.
131 de 30/09/2021	Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO, e adota outra providência. REPUBLICADO DOE 5945
132 de 07/10/2021	Altera a lei complementar 112, de 30 de abril de 2018, que dispõe sobre a organização dos serviços notariais e de registro exercidos e caráter privado, por delegação do Poder Público do Estado do Tocantins.
133 de 27/12/2021	Altera a Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008, que “Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”.
134 de 27/12/2021	Altera a Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008, que Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências, a fim de regulamentar a função de Coordenador de Promotoria para as promotorias de Justiça de 1ª e 2ª entrâncias.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

DECRETOS

O Decreto é o ato normativo, que estando abaixo da Lei, serve para regulamentá-la. Os decretos produzidos pela Casa Civil são privativos do Chefe do Poder Executivo. Além das matérias apresentadas na tabela, os demais Decretos, tratam de assuntos tais como pontos facultativos, luto oficial, transposições de dotações orçamentárias, cessões de áreas, e situação emergência.

Tabela: Dentre os Decretos produzidos na Casa Civil e publicados no período de janeiro a dezembro de 2021, merecem destaque:

DECRETO	EMENTA
6.208 de 26/01/2021	Dispõe sobre a transformação da Companhia Independente de Operações Especiais - CIOE em Batalhão de Operações Especiais - BOPE.
6.210 de 27/01/2021	Fixa os Índices de Participação dos Municípios - IPM no ICMS para o exercício financeiro de 2021.
6.211 de 29/01/2021	Dispõe sobre as atividades educacionais e a jornada de trabalho, na forma que especifica, e adota outras providências.
6.212 de 03/02/2021	Altera o inciso IV do art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, que delega atribuições a Secretários de Estado.
6.214 de 12/02/2021	Altera o Decreto 5.842, de 10 de julho de 2018, que institui o Grupo Executivo para Gestão e Equilíbrio do Gasto Público. - REPUBLICADO DOE 5.789 DE 16.02.2021
6.215 de 12/02/2021	Dispõe sobre a inclusão e qualificação de pré-projetos e a autorização para realização de estudos preliminares de novos projetos, no Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins - Tocantins-PPI, nas áreas que especifica, e adota outras providências.
6.216 de 15/02/2021	Regulamenta o procedimento para o reconhecimento e a convalidação dos registros imobiliários de que trata a Lei 3.525, de 8 de agosto de 2019, observado o disposto na Lei 3.730, de 16 de dezembro de 2020, e adota outras providências.
6.222 de 26/02/2021	Estabelece medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

6.228 de 04/03/2021	Autoriza o funcionamento do curso de Graduação em Medicina, ofertado pela Universidade de Gurupi - UNIRG, no Campus Universitário de Paraíso do Tocantins.
6.230 de 12/03/2021	Estabelece medidas de enfrentamento da Covid-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.231 de 16/03/2021	Transfere recurso para o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDES-TO, e adota outra providência.
6.232 de 17/03/2021	Aprova a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso dos recursos estaduais para o exercício financeiro de 2021, e adota outras providências.
6.234 de 22/03/2021	SARS-CoV-2
6.235 de 30/03/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outra providência
6.237 de 05/04/2021	Dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo para o exercício de 2021, e adota outras providências.
6.242 de 13/04/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outra providência.
6.243 de 19/04/2021	Aprova o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo - QOD do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO, e adota outra providência.
6.244 de 19/04/2021	Aprova o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo - QOD da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, e adota outra providência.
6.245 de 19/04/2021	Homologa o Resultado Final do Concurso Público da Defesa Social e Segurança Penitenciária, regido pelo edital nº 04/001, de 15 de outubro de 2014, publicado na edição nº 4.235 do Diário Oficial do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.248 de 20/04/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outra providência
6.254 de 03/05/2021	Altera o art. 65 do Regulamento dos Procedimentos Especiais de Restituição do Indébito Tributário, Consulta, Apreensão de Mercadorias em Situação Fiscal Irregular e Leilão de Mercadorias Abandonadas, aprovado pelo Decreto 3.088, de 17 de julho de 2007.
6.255de 03/05/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

6.257 de 14/05/2021	Dispõe sobre as atividades educacionais, a jornada de trabalho, na forma que especifica, e adota outras providências.
6.261 de 26/05/2021	Institui a Comissão Estadual para atender ao que dispõe o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, e adota outras providências.
6.262 de 26/05/2021	Altera o art. 8º do Decreto 5.164, de 8 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei 1.209, de 21 de fevereiro de 2001, que institui o Ressarcimento de Despesas de Atividade Fiscal - REDAF, e adota outras providências.
6.263 de 26/05/2021	Altera o art. 5º do Regimento Interno do Contencioso Administrativo-Tributário do Estado do Tocantins - CAT, aprovado pelo Decreto 3.198, de 7 de novembro de 2007
6.270 de 07/06/2021	Dispõe sobre a inclusão e qualificação de projetos no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins - Tocantins-PPI, nas áreas que especifica, e adota outras providências.
6.271 de 10/06/2021	Institui no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, o Regimento de Polícia Montada - RPMon, e adota outras Providências.- REPUBLICADO 5.863 DE 11.06.2021
6.272 de 11/06/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outra providência.
6.274 de 30/06/2021	Prorroga o prazo previsto no caput do art. 1º do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, alterado pelos Decretos 6.156, de 18 de setembro de 2020, e 6.202, de 22 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a declaração do estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, e dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins.
6.275 de 30/06/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins.
6.277 de 30/06/2021	Fixa os Índices de Participação dos Municípios - IPM no ICMS para o exercício financeiro de 2021, em atendimento à Ação Ordinária que especifica.
6.284 de 12/07/2021	Dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito da Medida Provisória no 12, de 17 de junho de 2021, que institui o serviço voluntário na atividade de brigada de incêndio florestal e salvamento aquático no Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.285 de 16/07/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outra providência.
6.288 de 27/07/2021	Altera o art. 1º do Decreto 6.151, de 11 de setembro de 2020, que dispõe sobre a composição do Conselho Estadual de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

6.289 de 27/07/2021	Altera os arts. 4o e 5o do Decreto 5.264, de 30 de junho de 2015, que dispõe sobre o cálculo do valor adicionado, da quota igual, da população, da área territorial e dos critérios ambientais, relativos à composição do Índice de Participação dos Municípios - IPM, e adota outras providências.
6.290 de 28/07/2021	Dispõe sobre o uso de uniformes, insígnias, distintivos e símbolos da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, e adota outras providências.
6.295 de 04/08/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006.
6.296 de 05/08/2021	Autoriza o funcionamento do curso de Graduação em Medicina, ofertado pela Universidade Estadual do Tocantins - Unitins, Campus de Augustinópolis.
6.297 de 06/08/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outra providência.
6.299 de 13/08/2021	Dispõe sobre as compras, licitações e contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo Estadual até a regulamentação da Lei Federal no 14.133, de 1o de abril de 2021
6.300 de 20/08/2021	Altera o Decreto no 6.237, de 31 de março de 2021, que dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo para o exercício de 2021, e adota outras providências.
6.302 de 20/08/2021	Dispõe sobre o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Tocantins - CETER/TO, instituído pela Lei Estadual no 3.582, de 17 de dezembro de 2019.
6.305 de 01/09/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.312 de 14/09/2021	Dispõe sobre concessão de diárias e passagens no âmbito da Administração Pública, Direta ou Indireta, do Poder Executivo do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.313 de 14/09/2021	Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Lei Federal 13.460, de 26 de junho de 2017, e institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências.
6.314 de 21/09/2021	Regulamenta a Lei no 3.721, de 8 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a admissão especial de militares da reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO e do Corpo de Bombeiros Militar - CBMTO, e adota outras providências.
6.320 de 04/10/2021	Fixa a data de 5 de outubro de 2021 para a promoção de Subtenentes concluintes dos cursos de habilitação de oficiais que especifica.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

6.325 de 08/10/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.326 de 15/10/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.327 de 22/10/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências. SGD: 2021/09029/5026
6.330 de 27/10/2021	Institui o Grupo Gestor para o Equilíbrio do Gasto Público, e adota outras providências.
6.331 de 28/10/2021	Dispõe sobre jornada diária de trabalho nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, e adota outras providências.
6.332 de 28/10/2021	Dispõe sobre o Programa Social Vale-Gás, instituído pela Lei 3.828, de 29 de setembro de 2021.
6.338 de 08/11/2021	Altera o art. 3º do Decreto 6.025, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a Comissão Intersectorial do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – CIASE/TO, e adota outra providência.
6.339 de 08/11/2021	Dispõe sobre o Fundo Rotativo, de que trata a Lei nº 3.667, de 21 de maio de 2020.
6.340 de 08/11/2021	Altera o Decreto 5.944, de 8 de maio de 2019, que institui a Unidade Gestora Tesouro Estadual.
6.341 de 09/11/2021	Altera o inciso IV do art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, que delega atribuições a Secretários de Estado.
6.342 de 17/11/2021	Homologa resultado final do concurso público que especifica. O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS , no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo, consoante o disposto no art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e na conformidade do disposto na Lei 2.578, de 20 de abril de 2012, e no item 17.30 do Edital no 1 - CBMTO, de 8 de fevereiro de 2021, publicado na edição 5.783 do Diário Oficial do Estado,
6.344 de 19/11/2021	Determina a realização de inspeção em órgãos e entidades que compõem a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual visando à defesa do patrimônio público, à apuração de irregularidades e à transparência na gestão, e adota outras providências.
6.345 de 23/11/2021	Altera o art. 1º do Decreto 6.330, de 27 de outubro de 2021, que institui o Grupo Gestor para o Equilíbrio do Gasto Público, e adota outras providências.
6.346 de 23/11/2021	Altera o art. 3º do Decreto 5.440, de 2 de junho de 2016, que dispõe sobre o procedimento preliminar para aquisição de bens e serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, no





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

	âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, e adota outras providências.
6.347 de 26/11/2021	Institui o Grupo Estratégico para Estudos, Análises e Encaminhamentos sobre a Regularização de Terras Quilombolas e Comunidades Tradicionais na Região do Jalapão, e adota outras providências.
6.348 de 26/11/2021	Dispõe sobre as áreas adjacentes ao Parque Estadual do Jalapão, nos termos da Lei nº 3.816, de 25 de agosto de 2021.
6.349 de 26/11/2021	Altera o §2º do art. 1º do Decreto 4.962, de 7 de janeiro de 2014, que regulamenta a Lei 2.766, de 5 de setembro de 2013.
6.356 de 1º/12/2021	Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2021, para os órgãos e entidades do Poder Executivo, e adota outras providências.
6.357 de 1º/12/2021	Altera o art. 1º do Decreto 6.151, de 11 de setembro de 2020, que dispõe sobre a composição do Conselho Estadual de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, e adota outra providência
6.358 de 02/12/2021	Doa às famílias de baixa renda cadastradas junto à Tocantins-Parcerias os lotes urbanos que especifica, localizados no Município de Miranorte.
6.359 de 03/12/2021	Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.
6.360 de 07/12/2021	Modifica, no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, a Unidade de Polícia Militar - UPM especificada, e adota outras providências.
6.361 de 08/12/2021	Altera o Anexo XXI do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006.
6.362 de 08/12/2021	Altera o Regulamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP-TO, aprovado pelo Decreto 5.556, de 23 de dezembro de 2016, e adota outras providências.
6.364 de 08/12/2021	Altera o Decreto nº 3.088, de 17 de julho de 2007, que aprova a regulamentação dos Procedimentos Especiais de Restituição do Indébito Tributário, Consulta, Apreensão de Mercadorias em Situação Fiscal Irregular e Leilão de Mercadorias Abandonadas, e adota outras providências.
6.365 de 10/12/2021	Fixa os índices de Participação dos Municípios – IPM no ICMS exercício financeiro de 2022.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

6.368 de 14/12/2021	Desafeta e destina ao uso especial do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins o bem imóvel que especifica, e adota outra providência.
6.369 de 14/12/2021	Destina ao uso especial do Ministério Público do Estado do Tocantins – MPTO o imóvel que especifica, e adota outras providências.
6.373 de 17/12/2021	Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.912, de 29 de dezembro de 2006, e adota outras providências.
6.376 de 20/12/2021	Altera o Decreto nº 6.237, de 31 de março de 2021, que dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo para o exercício de 2021, e adota outras providências.
6.381 de 27/12/2021	Prorroga o prazo previsto no <i>caput</i> do art. 1º do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, alterado pelos Decretos 6.156, de 18 de setembro de 2020, 6.202, de 22 de dezembro de 2020, e 6.274, de 29 de junho de 2021, que dispõe sobre a declaração do estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins.
6.382 de 29/12/2021	Institui força-tarefa com o propósito de monitorar e estabelecer estratégias de enfrentamento aos impactos sociais e econômicos ocasionados pelas chuvas torrenciais e cheias fluviais em áreas rurais e urbanas de municípios tocaninenses.
6.383 de 30/12/2021	Fixa os Índices de Participação dos Municípios – IPM no ICMS para o exercício financeiro de 2022 em atendimento a Ação Ordinária que especifica.

Mesmo diante do cenário de crise, no exercício de 2021, não foram encontradas dificuldades que colocassem em risco o cumprimento da normal execução do orçamento e a realização das ações a serem desenvolvidas por esta Casa Civil. Ressalta-se que fora executado 88% da dotação autorizada para o exercício, como demonstrado anteriormente.

Destacamos que, no cumprimento do orçamento desta Pasta, foram 100% observadas às instruções e normas regulamentares – Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93 e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000; bem como o PPA em vigor e as LDO e LOA correspondentes, cujas atividades foram executadas por meio do Programa de Gestão e Manutenção da Casa Civil.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL

5.10 Considerações Finais

Consciente do papel e da importância da Casa Civil para o Governo do Estado este órgão realizou todas as suas atividades, durante o exercício de 2021, prezando sempre pelo comprometimento e cumprimento das atribuições que lhe foram conferidas, assessorando o Governo do Estado e elaborando projetos de lei os quais são de grande relevância para a sociedade tocantinense.

No que tange ao desempenho econômico-financeiro é importante destacar que os resultados positivos alcançados na execução dos trabalhos advêm da eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos, bem como do comprometimento da equipe de trabalho.

Conforme demonstra a execução orçamentária, reafirmamos que os recursos foram aplicados de forma conveniente aos reais interesses da Administração Pública, e em conformidade com o Plano de Plurianual – PPA – 2016 a 2023; a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Estamos certos de haver cumprido o dever e a missão a nós conferidos, ambos valiosos, porque se pode responder concretamente a diversas exigências referentes às Normas do Direito Público, em especial às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e Lei de Responsabilidade Fiscal.

GABINETE DO SECRETÁRIO-CHEFE desta Casa Civil, em Palmas – TO, aos 31 dias do mês de janeiro de 2022.

Deocleciano Gomes Filho

Secretário-Chefe

